



MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – CAMPUS CAMPINA GRANDE

(Processo Administrativo nº 23325.004450.2025-71)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de itens de consumo para a realização das atividades da disciplina de técnicas de prototipagem do curso de engenharia da computação, conforme plano de ensino vigente neste semestre 2025.2 e encaminhamento de solicitação de insumos dos alunos matriculados através do AVA e em resposta as necessidades práticas da disciplina, para atender os Campi da Subcomissão da Borborema, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. NOS ITENS QUE HOUVER DIVERGÊNCIA NA DESCRIÇÃO ENTRE O SISTEMA COMPRASNET E O TERMO DE REFERÊNCIA, PEDIMOS QUE CONSIDEREM A DESCRIÇÃO QUE CONSTA NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. ISSO PODE ACONTECER DEVIDO ÀS LIMITAÇÕES NO SISTEMA QUE NÃO POSSUI CÓDIGOS ESPECÍFICOS PARA ALGUNS ITENS DESSE CERTAME.

TABELA CONSOLIDADA

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL CONSOLIDADO R\$
1	620678	Depurador e programador independente, em formato compacto (aproximadamente 15 mm × 42 mm), destinado a microcontroladores compatíveis com interfaces JTAG e SWD, como os da família STM32. Características técnicas mínimas exigidas: Alimentação própria via conector USB Type-C®, interface USB 2.0 de alta velocidade, suporte à atualização de firmware via USB, programação de memória Flash por arrastar-e-soltar arquivos binários, LED de comunicação bicolor integrado, suporte à comunicação JTAG com frequência de até 21 MHz, suporte à comunicação SWD (Serial Wire Debug) e SWV (Serial Wire Viewer) com frequência de até 24 MHz, interface de porta serial virtual integrada (VCP) com taxa de transmissão de até 15 Mbps, suporte a tensões de aplicação de 1,65 V a 3,60 V. Conectores disponíveis: Conector USB Type-C, conector de depuração STDC14 de passo 1,27 mm com cabo flat STDC14-STDC14, pads integrados de passo 2,0 mm para conexão board-to-board (BTB) via conector card edge.	UNIDADE	30	174,49	5.234,70
2	633627	Cabo USB de uso geral, para alimentação e comunicação de dispositivos de	UNIDADE	60	16,83	1.009,80

		depuração e programação. Características técnicas mínimas exigidas: Comprimento aproximado: 1,0 metro (variação de ± 10 cm aceitável). Tipo de conectores: Uma extremidade com conector USB Tipo-C macho, outra extremidade com conector USB Tipo-A macho (padrão). Compatibilidade com padrão USB 2.0 de alta velocidade ou superior. Construção com revestimento em PVC ou similar, resistente a torções e uso contínuo. Condutores internos em cobre estanhado. Deve permitir alimentação e transmissão de dados de forma estável e segura.				
3	419863	Bateria alcalina de 9V	UNIDADE	40	16,25	650,00
4	475779	Módulo de temperatura DHT22	UNIDADE	32	38,65	1.236,80
5	345032	Cooler para CPU	UNIDADE	20	43,38	867,60
6	442544	Jumper fêmea - fêmea: Jumper fêmea-fêmea 20 cm (kit 40 unid.)	PACOTE C/40	112	17,16	1.921,92
7	442543	Jumper macho-fêmea 20 cm (kit 40 unid.)	PACOTE C/40	112	12,62	1.413,44
8	442542	Jumper macho-macho 20 cm (kit 40 unid.)	PACOTE C/40	112	13,20	1.478,40
9	486343	WiFi ESP32 Bluetooth 30 pinos	UNIDADE	48	43,63	2.094,24
10	443339	LED RGB (comum difuso 5mm)	UNIDADE	300	1,22	366,00
11	615773	Módulo de carga de bateria (TP4056)	UNIDADE	40	13,66	546,40
12	601489	Bateria Li-ion 18650 2600 mAh	UNIDADE	40	25,61	1.024,40
13	452859	Sensor de Luz (5mm)	UNIDADE	55	3,68	202,40

14	57908	Pistola Cola Quente 20W Bivolt	UNIDADE	25	26,43	660,75
15	461376	Célula de Carga Sensor de peso 50Kg + 1 Módulo HX711	KIT	10	163,14	1.631,40
16	479549	Cabo HDMI x HDMI 2m (2.0 ou 2.1)	UNIDADE	20	27,41	548,20
17	440272	Sensor Ultrassônico - HC-SR04	UNIDADE	50	13,38	669,00
18	473740	Micro Servo 9g SG90	UNIDADE	60	17,41	1.044,60
19	601248	Módulo Sensor de Chuva Especificação - Tensão de operação: 3.3 ~ 5V; - Corrente de saída: 100mA; Saída digital e analógica; Comparador LM393; Dimensão do Sensor de Chuva: 50 x 40 mm; Dimensão da placa de controle: 21 x 14 mm.	UNIDADE	25	18,86	471,50
20	601247	Sensor de Fluxo de Água YF-S201 1/2"	UNIDADE	23	43,83	1008,09
21	218261	Válvula De Vazão Solenoide 12V 1/2" Polegada	UNIDADE	23	48,15	1.107,45
22	458475	Buzzer Contínuo SFM-20B - 3 a 24V	UNIDADE	55	6,37	350,35
23	440909	Display OLED 128x64 0.96" I2C - Azul	UNIDADE	28	25,60	716,80
24	465376	Módulo Relé 5V 4 Canais	UNIDADE	23	34,75	799,25
25	440048	Filamento ABS Preto 1kg - 1.75Mm Voolt 3D Para Impressora 3D	BOBINA	30	87,41	2.622,30
26	455713	Microcontrolador compacto com ARM Cortex-M0+, 264KB SRAM, 2MB Flash, WiFi, Bluetooth 5.2, GPIO, ADC, SPI, I2C, UART, PWM,	UNIDADE	20	55,12	1.102,40

		alimentação flexível.Modelo de				
27	461963	Fita Adesiva Crepe 18mm X 50m	ROLO	50	298,99	14.949,50
28	474884	DevKit - LoRaWAN Processador Principal:Xtensa® Dual-Core 32-bit LX6 (ESP32) Memória:4MB Flash + 520KB RAM + 448KB ROM Conectividade:Wi-Fi 802.11 b/g/n (AP + STA) + Bluetooth 4.2 + LoRaWAN; Sensores:Temperatura + Umidade do Ar + Acelerômetro + Luminosidade; Sensores:Temperatura + Umidade do Ar + Acelerômetro + Luminosidade; Atuação e Indicação: Botão + LED; Atuação e Indicação:Botão + LED; GPIOs para Periféricos: UART + SPI + I2C + PWM + ADC + DAC; Programação:Via conector Micro USB (ESP32) - Compatível com Arduino IDE; Alimentação:Via USB (computador ou power bank) + Pinos VIN (de 7V a 12V)	UNIDADE	10	299,98	2999,80
29	419860	Pilha AAA alcalina	UNIDADE	100	2,23	223,00
30	388601	Kit de desenvolvimento NXP FRDM-MCXXN947	KIT	20	311,82	6236,40
31	607409	Módulo câmera VGA 640x480 OV7670	UNIDADE	27	78,75	2.126,25
32	609277	Sinaleiro Buzzer Sonoro Alarme Audio Visual Bip Led 22mm; Vermelho	UNIDADE	15	32,46	486,90
33	615397	Chave Botão Pbs-29 Arcade Jukebox Fliperama (kit 4 unid.)	UNIDADE	20	46,73	934,60
34	621053	Placa SBC com processador quad-core 2.4 GHz, GPU videoCore VII, RAM LPDDR4X, HDMI duplo 4K, PCIe, Ethernet gigabit, Wi-Fi, Bluetooth, câmeras MIPI, Modelo de referência: Raspberry PI 5	UNIDADE	28	855,67	23.958,76
35	475457	Kit módulo Leitor NFC/RFID Habilitado para leitura e escrita, comunicação P2P e com celulares Android com NFC Comunicação possível via I2C, SPI e HSU (High Speed UART) Alcance de leitura de 5cm a 6cm Level shifter onboard, padrão 5V TTL para I2C e UART, 3.3V TTL para SPI Leitura/escrita de tokens suportados: Mifare 1k, 4k, Ultralight e cartões DesFire Cartões ISO/IEC 14443-4 como CD97BX, CD light, Desfire, P5CN072 (SMX) Innovision Jewel como IRT5001 Cartões FeliCa: RCS_860 e RCS_854. Acompanha: 1 Módulo NFC/RFI; 1 Cartão RFID; 1 Token RFID	KIT	29	71,73	2.080,17
36	278677	Alicate de crimpagem para conectores RJ-45 tipo pass-through, destinado à montagem de cabos de rede de par trançado. Especificação técnica mínima: Ferramenta manual para crimpagem de conectores RJ-45 categoria Cat.5e e Cat.6, do tipo pass-through (vazado), com as seguintes características: Compatível com conectores RJ-45 padrão macho tipo passthrough; Capacidade de crimpagem e corte simultâneo dos condutores excedentes; Mecanismo de catraca para pressão uniforme; Lâmina adicional para decapagem de cabos; Corpo em aço carbono com revestimento	UNIDADE	25	330,00	8.250,00

		termoplástico; Peso mínimo de 450g; Garantia mínima de 12 meses; Produto em conformidade com a diretiva RoHS				
37	626230	Conectores modulares RJ-45 macho, padrão P8C, do tipo pass-through (vazado), destinados à montagem de cabos de rede de par trançado (UTP), categoria Cat.5e e Cat.6, com as seguintes características mínimas: Compatível com cabos UTP Cat.5e e Cat.6, condutores sólidos ou flexíveis (bitola entre 23 e 26 AWG); Modelo pass-through, permitindo a passagem completa dos condutores para fora do corpo do conector, facilitando a organização e verificação visual da ordem dos fios antes da crimpagem - Material do corpo: policarbonato ou plástico transparente de alta resistência - Contatos metálicos com tratamento anticorrosivo (não exigido banho de ouro), capazes de suportar o processo de crimpagem sem deformação - Compatível com ferramentas de crimpagem específicas para conectores pass-through, com corte integrado - Garantia mínima de 3 meses - Produto novo, sem sinais de oxidação ou deformação	UNIDADE	3500	0,50	1.750,00
38	393927	Kit composto por quatro baterias recarregáveis de 9 volts e um carregador compatível com pilhas dos tipos AA, AAA e 9V, destinado ao uso em equipamentos eletrônicos diversos, com as seguintes características mínimas: Baterias: - Tipo: Recarregável (NiMH ou equivalente) - Tensão nominal: 9 volts - Capacidade mínima: 250 mAh - Ciclos de recarga: mínimo de 500 ciclos - Compatível com equipamentos padrão que utilizam baterias 9V - Embalagem contendo 4 unidades; Carregador: - Compatível com pilhas AA, AAA e baterias 9V recarregáveis - Alimentação: bivolt automático (100-240V) - Sistema de desligamento automático ou proteção contra sobrecarga - Indicador de status de carregamento por LED ou display - Capacidade para carregar ao menos 2 pilhas AA/AAA simultaneamente e 1 bateria 9V ou carregar simultaneamente até 2 baterias recarregáveis de 9V. - Cabo de alimentação incluso - Garantia mínima de 12 meses	KIT	4	163,06	652,24
						R\$ 95.425,81

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ÓRGÃO GERENCIADOR: IFPB – CAMPUS CAMPINA GRANDE				
Nº do Item	Item	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega – Quantidade	
1	Depurador e programador independente, em formato compacto (aproximadamente 15 mm × 42 mm), destinado a microcontroladores compatíveis com interfaces JTAG e SWD, como os da família STM32. Características técnicas mínimas exigidas: Alimentação própria via conector USB Type-C®, interface USB 2.0 de alta velocidade. suporte à atualização de firmware via USB, programação de memória Flash por arrastar-e-soltar arquivos binários, LED de comunicação bicolor integrado, suporte à comunicação JTAG com frequência de até 21 MHz, suporte à comunicação SWD (Serial Wire Debug) e SWV (Serial Wire Viewer) com frequência de até 24 MHz, interface de porta serial virtual integrada (VCP) com taxa de transmissão de até 15 Mbps, suporte a tensões de aplicação de 1,65 V a 3,60 V. Conectores disponíveis: Conector USB Type-C, conector de depuração STDC14 de passo 1,27 mm com cabo flat STDC14-STDC14, pads integrados de passo 2,0 mm para conexão board-to-board (BTB) via conector card edge.	Unidade	Campina Grande/PB	30
2	Cabo USB de uso geral, para alimentação e comunicação de dispositivos de depuração e programação. Características técnicas mínimas exigidas: Comprimento aproximado: 1,0 metro (variação de ±10 cm aceitável). Tipo de conectores: Uma extremidade com conector USB Tipo-C macho, outra extremidade com conector USB Tipo-A macho (padrão). Compatibilidade com padrão USB 2.0 de alta velocidade ou superior. Construção com revestimento em PVC ou similar, resistente a torções e uso contínuo. Condutores internos em cobre estanhado. Deve permitir alimentação e transmissão de dados de forma estável e segura.	Unidade	Campina Grande/PB	60
3	Bateria alcalina de 9V	Unidade		

ÓRGÃO GERENCIADOR: IFPB – CAMPUS CAMPINA GRANDE

			Campina Grande/PB	40
4	Módulo de temperatura DHT22	Unidade	Campina Grande/PB	20
5	Cooler para CPU	Unidade	Campina Grande/PB	20
6	Jumper fêmea - fêmea: Jumper fêmea-fêmea 20 cm (kit 40 unid.)	Unidade	Campina Grande/PB	100
7	Jumper macho-fêmea 20 cm (kit 40 unid.)	Unidade	Campina Grande/PB	100
8	Jumper macho-macho 20 cm (kit 40 unid.)	Unidade	Campina Grande/PB	100
9	WiFi ESP32 Bluetooth 30 pinos	Unidade	Campina Grande/PB	40
10	LED RGB (comum difuso 5mm)	Unidade	Campina Grande/PB	200
11	Módulo de carga de bateria (TP4056)	Unidade	Campina Grande/PB	20
12	Bateria Li-ion 18650 2600 mAh	Unidade	Campina Grande/PB	20
13	Sensor de Luz (5mm)	Unidade	Campina Grande/PB	40
14	Pistola Cola Quente 20W Bivolt	Unidade	Campina Grande/PB	15
15	Célula de Carga Sensor de peso 50Kg + 1 Módulo HX711	Unidade	Campina Grande/PB	10
16	Cabo HDMI x HDMI 2m (2.0 ou 2.1)	Unidade	Campina Grande/PB	20
17	Sensor Ultrassônico - HC-SR04	Unidade	Campina Grande/PB	40
18	Micro Servo 9g SG90	Unidade	Campina Grande/PB	40
19	Módulo Sensor de Chuva Especificação - Tensão de operação: 3.3 ~ 5V; - Corrente de saída: 100mA; Saída digital e analógica; Comparador LM393; Dimensão do Sensor de Chuva: 50 x 40 mm; Dimensão da placa de controle: 21 x 14 mm.	Unidade	Campina Grande/PB	20
20	Sensor de Fluxo de Água YF-S201 1/2"	Unidade	Campina Grande/PB	20
21	Válvula De Vazão Solenoide 12V 1/2" Polegada	Unidade		

ÓRGÃO GERENCIADOR: IFPB – CAMPUS CAMPINA GRANDE

			Campina Grande/PB	20
22	Buzzer Contínuo SFM-20B - 3 a 24V	Unidade	Campina Grande/PB	40
23	Display OLED 128x64 0.96" I2C - Azul	Unidade	Campina Grande/PB	20
24	Módulo Relé 5V 4 Canais	Unidade	Campina Grande/PB	20
25	Filamento ABS Preto 1kg - 1.75Mm Voolt 3D Para Impressora 3D	Rolo 1,00 KG	Campina Grande/PB	20
26	Microcontrolador compacto com ARM Cortex-M0+, 264KB SRAM, 2MB Flash, WiFi, Bluetooth 5.2, GPIO, ADC, SPI, I2C, UART, PWM, alimentação flexível.Modelo de	Unidade	Campina Grande/PB	20
27	Fita Adesiva Crepe 18mm X 50m	Unidade	Campina Grande/PB	30
28	DevKit - LoRaWAN Processador Principal:Xtensa® Dual-Core 32-bit LX6 (ESP32) Memória:4MB Flash + 520KB RAM + 448KB ROM Conectividade:Wi-Fi 802.11 b/g/n (AP + STA) + Bluetooth 4.2 + LoRaWAN; Sensores:Temperatura + Umidade do Ar + Acelerômetro + Luminosidade; Sensores:Temperatura + Umidade do Ar + Acelerômetro + Luminosidade; Atuação e Indicação: Botão + LED; Atuação e Indicação:Botão + LED; GPIOs para Periféricos: UART + SPI + I2C + PWM + ADC + DAC; Programação:Via conector Micro USB (ESP32) - Compatível com Arduino IDE; Alimentação:Via USB (computador ou power bank) + Pinos VIN (de 7V a 12V)	Unidade	Campina Grande/PB	10
29	Pilha AAA alcalina	Unidade	Campina Grande/PB	100
30	Kit de desenvolvimento NXP FRDM-MCXX947	Unidade	Campina Grande/PB	20
31	Módulo câmera VGA 640x480 OV7670	Unidade	Campina Grande/PB	24
32	Sinalizador Buzzer Sonoro Alarme Audio Visual Bip Led 22mm; Vermelho	Unidade	Campina Grande/PB	15
33	Chave Botão Pbs-29 Arcade Jukebox Fliperama (kit 4 unid.)	Unidade	Campina Grande/PB	15
34	Placa SBC com processador quad-core 2.4 GHz, GPU videoCore VII, RAM LPDDR4X, HDMI duplo 4K, PCIe, Ethernet gigabit, WiFi, Bluetooth, câmeras MIPI, Modelo de referência: Raspberry PI 5	Unidade	Campina Grande/PB	20
35	Kit módulo Leitor NFC/RFID Habilitado para leitura e escrita, comunicação P2P e com celulares Android com NFC Comunicação possível via I2C, SPI e HSU (High Speed UART) Alcance de leitura de 5cm a 6cm Level shifter onboard, padrão 5V TTL para I2C e UART, 3.3V TTL para SPI Leitura/escrita de tokens suportados: Mifare 1k, 4k, Ultralight e cartões DesFire Cartões ISO/IEC 14443-4 como CD97BX, CD light, Desfire, P5CN072 (SMX) Innovision Jewel como IRT5001 Cartões FeliCa: RCS_860 e RCS_854. Acompanha: 1 Módulo NFC/RFI; 1 Cartão RFID; 1 Token RFID	Unidade	Campina Grande/PB	24
36	Alicate de crimpagem para conectores RJ-45 tipo pass-through, destinado à montagem de cabos de rede de par trançado. Especificação técnica mínima: Ferramenta manual para crimpagem de conectores RJ-45 categoria Cat.5e e Cat.6, do tipo pass-through (vazado), com as seguintes características: Compatível com conectores RJ-45 padrão macho tipo passthrough; Capacidade de crimpagem e corte simultâneo dos condutores excedentes; Mecanismo de catraca para pressão uniforme; Lâmina adicional para decapagem de cabos; Corpo em aço carbono com revestimento termoplástico; Peso mínimo de 450g; Garantia mínima de 12 meses;	Unidade	Campina Grande/PB	20

ÓRGÃO GERENCIADOR: IFPB – CAMPUS CAMPINA GRANDE

	Produto em conformidade com a diretiva RoHS				
37	<p>Conectores modulares RJ-45 macho, padrão P8C, do tipo pass-through (vazado), destinados à montagem de cabos de rede de par trançado (UTP), categoria Cat.5e e Cat.6, com as seguintes características mínimas: Compatível com cabos UTP Cat.5e e Cat.6, condutores sólidos ou flexíveis (bitola entre 23 e 26 AWG); Modelo pass-through, permitindo a passagem completa dos condutores para fora do corpo do conector, facilitando a organização e verificação visual da ordem dos fios antes da crimpagem - Material do corpo: policarbonato ou plástico transparente de alta resistência - Contatos metálicos com tratamento anticorrosivo (não exigido banho de ouro), capazes de suportar o processo de crimpagem sem deformação - Compatível com ferramentas de crimpagem específicas para conectores pass-through, com corte integrado - Garantia mínima de 3 meses - Produto novo, sem sinais de oxidação ou deformação</p>	Unidade	<table><tr><td>Campina Grande/PB</td><td>1500</td></tr></table>	Campina Grande/PB	1500
Campina Grande/PB	1500				
38	<p>Kit composto por quatro baterias recarregáveis de 9 volts e um carregador compatível com pilhas dos tipos AA, AAA e 9V, destinado ao uso em equipamentos eletrônicos diversos, com as seguintes características mínimas: Baterias: - Tipo: Recarregável (NiMH ou equivalente) - Tensão nominal: 9 volts - Capacidade mínima: 250 mAh - Ciclos de recarga: mínimo de 500 ciclos - Compatível com equipamentos padrão que utilizam baterias 9V - Embalagem contendo 4 unidades; Carregador: - Compatível com pilhas AA, AAA e baterias 9V recarregáveis - Alimentação: bivolt automático (100–240V) - Sistema de desligamento automático ou proteção contra sobrecarga - Indicador de status de carregamento por LED ou display - Capacidade para carregar ao menos 2 pilhas AA/AAA simultaneamente e 1 bateria 9V ou carregar simultaneamente até 2 baterias recarregáveis de 9V. - Cabo de alimentação incluso - Garantia mínima de 12 meses</p>	Conjunto	<table><tr><td>Campina Grande/PB</td><td>4</td></tr></table>	Campina Grande/PB	4
Campina Grande/PB	4				

Órgão PARTICIPANTE: IFPB - CAMPUS MONTEIRO

Nº do Item	Item	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega – Quantidade	
4	Módulo de temperatura DHT22	Unidade	Monteiro/PB	12
6	Jumper fêmea - fêmea: Jumper fêmea-fêmea 20 cm (kit 40 unid.)	Unidade	Monteiro/PB	12
7	Jumper macho-fêmea 20 cm (kit 40 unid.)	Unidade	Monteiro/PB	12
8	Jumper macho-macho 20 cm (kit 40 unid.)	Unidade	Monteiro/PB	12
9	WiFi ESP32 Bluetooth 30 pinos	Unidade	Monteiro/PB	8
10	LED RGB (comum difuso 5mm)	Unidade	Monteiro/PB	100
11	Módulo de carga de bateria (TP4056)	Unidade	Monteiro/PB	20
12	Bateria Li-ion 18650 2600 mAh	Unidade		

			Monteiro/PB	20
13	Sensor de Luz (5mm)	Unidade	Monteiro/PB	15
14	Pistola Cola Quente 20W Bivolt	Unidade	Monteiro/PB	10
17	Sensor Ultrassônico - HC-SR04	Unidade	Monteiro/PB	10
18	Micro Servo 9g SG90	Unidade	Monteiro/PB	20
19	Módulo Sensor de Chuva Especificação - Tensão de operação: 3.3 ~ 5V; - Corrente de saída: 100mA; Saída digital e analógica; Comparador LM393; Dimensão do Sensor de Chuva: 50 x 40 mm; Dimensão da placa de controle: 21 x 14 mm.	Unidade	Monteiro/PB	5
20	Sensor de Fluxo de Água YF-S201 1/2"	Unidade	Monteiro/PB	3
21	Válvula De Vazão Solenoide 12V 1/2" Polegada	Unidade	Monteiro/PB	3
22	Buzzer Contínuo SFM-20B - 3 a 24V	Unidade	Monteiro/PB	15
23	Display OLED 128x64 0.96" I2C - Azul	Unidade	Monteiro/PB	8
24	Módulo Relé 5V 4 Canais	Unidade	Monteiro/PB	3
25	Filamento ABS Preto 1kg - 1.75Mm Voolt 3D Para Impressora 3D	Rolo 1,00 KG	Monteiro/PB	10
27	Fita Adesiva Crepe 18mm X 50m	Unidade	Monteiro/PB	20
31	Módulo câmera VGA 640x480 OV7670	Unidade	Monteiro/PB	3
33	Chave Botão Pbs-29 Arcade Jukebox Fliperama (kit 4 unid.)	Unidade	Monteiro/PB	5
34	Placa SBC com processador quad-core 2.4 GHz, GPU videoCore VII, RAM LPDDR4X, HDMI duplo 4K, PCIe, Ethernet gigabit, WiFi, Bluetooth, câmeras MIPI, Modelo de referência: Raspberry PI 5	Unidade	Monteiro/PB	8
35	Kit módulo Leitor NFC/RFID Habilitado para leitura e escrita, comunicação P2P e com celulares Android com NFC Comunicação possível via I2C, SPI e HSU (High Speed UART) Alcance de leitura de 5cm a 6cm Level shifter onboard, padrão 5V TTL para I2C e UART, 3.3V TTL para SPI Leitura/escrita de tokens suportados: Mifare 1k, 4k, Ultralight e cartões DesFire Cartões ISO/IEC 14443-4 como CD97BX, CD light, Desfire, P5CN072 (SMX) Innovision Jewel como IRT5001 Cartões FeliCa: RCS 860 e RCS 854. Acompanha: 1 Módulo NFC/RFI; 1 Cartão RFID; 1 Token RFID	Unidade	Monteiro/PB	5
36	Alicate de crimpagem para conectores RJ-45 tipo pass-through, destinado à montagem de cabos de rede de par trançado. Especificação técnica mínima: Ferramenta manual para crimpagem de conectores RJ-45 categoria Cat.5e e Cat.6, do tipo pass-through (vazado), com as seguintes características: Compatível com conectores RJ-45 padrão macho tipo passthrough; Capacidade de crimpagem e corte simultâneo dos condutores excedentes; Mecanismo de catraca para pressão uniforme; Lâmina adicional para decapagem de cabos; Corpo em aço carbono com revestimento termoplástico; Peso mínimo de 450g; Garantia	Unidade	Monteiro/PB	5

	mínima de 12 meses; Produto em conformidade com a diretiva RoHS			
37	Conectores modulares RJ-45 macho, padrão P8C, do tipo pass-through (vazado), destinados à montagem de cabos de rede de par trançado (UTP), categoria Cat.5e e Cat.6, com as seguintes características mínimas: Compatível com cabos UTP Cat.5e e Cat.6, condutores sólidos ou flexíveis (bitola entre 23 e 26 AWG); Modelo pass-through, permitindo a passagem completa dos condutores para fora do corpo do conector, facilitando a organização e verificação visual da ordem dos fios antes da crimpagem - Material do corpo: policarbonato ou plástico transparente de alta resistência - Contatos metálicos com tratamento anticorrosivo (não exigido banho de ouro), capazes de suportar o processo de crimpagem sem deformação - Compatível com ferramentas de crimpagem específicas para conectores pass-through, com corte integrado - Garantia mínima de 3 meses - Produto novo, sem sinais de oxidação ou deformação	Unidade	Monteiro/PB	2000

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial - OBSERVAR O ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS LICITADOS NO GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 5ª EDIÇÃO. Ex.: "No que couber, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981."

4.1.2 Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, NO QUE COUBER, solicitar Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1.3 Segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos – Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora(art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

4.1.4 Citam-se exemplificativamente as seguintes categorias (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013):

4.1.5.1. produtor, importador, exportador, comercializador e usuário técnico de quaisquer das substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), bem como os centros de regeneração e de incineração; comerciante de: motosserras; combustíveis; derivados de petróleo; mercúrio metálico; produtos químicos e perigosos.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. A indicação de marcas e modelos não se aplica à presente contratação

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.2.1.1. A vedação de utilização de marca/produto não se aplica na presente contratação.

Da exigência de amostra

4.3. Não será exigida a entrega de amostras considerando o teor do objeto contratado, o qual será avaliado no momento do recebimento provisório e definitivo.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não vislumbramos a necessidade de exigência de carta de solidariedade. Além disso, essa exigência pode restringir a competitividade.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.7. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.7.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.7.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.7.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.8. O objeto desta contratação não enquadra-se na margem de preferência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

Unidade	Endereço	Telefone e E-mail
IFPB – Campus Campina Grande (158281)	Rua: Tranquilino Coelho Lemos, 671, Bairro Dinamérica, Campina Grande/PB – CEP: 58.432-300.	Tel.: (83) 2102-6241 E-mail: licitação.campina@ifpb.edu.br
IFPB – Campus Monteiro (158472)	Endereço: Acesso Rodovia PB 264, s/n Vila Santa Maria, Cidade: Monteiro-PB CEP: 58500-000	Telefone: +55 (83) 8792-3609 e-mail: josenildo.souza@ifpb.edu.br

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias

para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,07 (sete décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (Vinte e Cinco)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6.1. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, em atenção ao disposto no artigo 145 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o pagamento à contratada deverá ser efetuado somente após a execução do objeto, salvo nas hipóteses de excepcionalidade devidamente justificadas e previstas no edital ou contrato.

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/09/2025.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será conforme demanda apresentada ao longo da vigência da ARP e disponibilidade orçamentária.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 *Valores unitários: tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.30.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 9.30.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.30.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 95425,81 (noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.
- 10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
- 10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 10.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 10.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
 - 10.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Campina Grande/PB, 28 de janeiro de 2026.

Aluska Farias de Oliveira Amaral
Coordenadora de Compras, Licitações e Contratos

De acordo com o presente Termo de Referência e respectivos anexos.

José Albino Nunes
Diretor de Administração, Planejamento e Finanças

Considerando os termos do Art. 7º, § 2º, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **APROVO** o presente Projeto Básico e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela.

Ana Cristina Alves de Oliveira Dantas
Diretora Geral

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez), contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

- 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;
- 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17 *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*
- 4.1.18 *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*
- 4.1.19 *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*
- 4.1.20 *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*
- 4.1.21 *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*
- 4.1.22 *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

- 4.1.23 *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 4.1.24 *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 4.1.25 *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 4.1.26 *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.
- 5.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 5.3. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3 Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal na Paraíba, Seção Judiciária de Campina Grande para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)